

The background is a solid dark purple color. It features several abstract, hand-drawn style geometric patterns. At the top, there are two large triangles, each containing a smaller triangle inside it. To the right of these is a vertical line. Below these, on the left, is a large triangle with a smaller triangle inside it. To the right of this is a vertical line. At the bottom, there is a large, semi-circular shape composed of many small, radiating lines, resembling a sun or a fan. The text 'CAPÍTULO 3' is centered in the middle of the page in a white, serif font.

CAPÍTULO 3

CAPÍTULO 3 - O ARQUIVO CENTRAL SEÇÃO RIO DE JANEIRO E A TRAJETÓRIA DA DOCUMENTAÇÃO NO IPHAN

Andressa Furtado da Silva de Aguiar¹⁸

3.1 - INTRODUÇÃO

A trajetória da documentação no Iphan nasce com o Arquivo Central do Rio de Janeiro e confunde-se com a própria trajetória do então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN, a partir de 1936.


¹⁸ Chefe do Arquivo Central Seção Rio de Janeiro. Bacharel em Arquivologia. Mestra em Ciência da Informação, Andressa.aguiar@lphan.gov.br.

A primeira organização dos documentos do acervo foi idealizada muito antes da institucionalização do ensino de Arquivologia no Brasil, por Ludwig Grieshaber ou Dom Clemente da Silva Nigra, monge beneditino de origem alemã a quem foi dada essa tarefa.

A ampla formação de Dom Clemente (teologia, filosofia, artes plásticas) garantiu que ingressasse no Serviço do Patrimônio como perito em artes. Seu currículo contava, também, com a organização dos arquivos da Ordem Beneditina Brasileira e sua atuação com organização de acervos confere a ele o “título” de primeiro arquivista da instituição.

O sucessor de Dom Clemente foi Carlos Drummond de Andrade, que propôs um método de organização geográfica do acervo, organizando e indexando a documentação de modo a facilitar a pesquisa.

O Arquivo Central trabalhou coordenadamente com os primeiros distritos regionais da instituição, cujos acervos eram tão antigos quanto o da então capital federal, recebendo e organizando a documentação proveniente dos registros das atividades realizadas para o cumprimento da missão institucional, além de ser responsável por atividades que não eram diretamente ligadas às questões documentais, mas cuja importância conferiu ao Arquivo um papel fundamental na preservação do patrimônio cultural nacional: a inscrição dos bens materiais acautelados nos Livros do Tombo e a emissão das respectivas certidões de tombamento. Entre documentos, estantes e fichas, na mesa de madeira assentada no piso de linóleo da repartição no Palácio Gustavo Capanema, foi literalmente inscrita e registrada a história do patrimônio no país.



A descentralização das atividades do Iphan a partir da década de 1970 culminou na criação de arquivos setoriais em todas as unidades da instituição, período em que o Arquivo do Rio de Janeiro deixa de exercer a função de arquivo central e passa a não mais receber documentos produzidos pelas superintendências, escritórios técnicos e unidades especiais.

A criação do Arquivo Central Seção BSB ocorre no final dos anos 70, não somente em decorrência do movimento de descentralização das atividades, mas inevitavelmente por conta da transferência da sede para Brasília, ainda na década de 1960.

A necessidade de gestão e controle da documentação produzida pela instituição, assim como a necessidade de tratamento da massa documental acumulada ao longo dos anos e em todas as unidades da federação, deu origem a diversas iniciativas e projetos para implementação de políticas de gestão de documentos no Iphan. Concomitantemente a essa demanda, os Arquivos Centrais passam a ter atribuições cada vez mais distintas, uma vez que, enquanto o arquivo do Rio de Janeiro estava voltado para a pesquisa, difusão e preservação do acervo histórico, além das atividades relacionadas aos processos de tombamento, as atribuições do arquivo de Brasília tinham uma aderência cada vez maior à área de gestão, especialmente por sua lotação junto à administração central.

3.2 - PROTEÇÃO DOS ACERVOS

Em 2002 foi solicitado ao Instituto Estadual de Patrimônio Cultural - INEPAC o tombamento dos acervos arquivístico e bibliográfico do Iphan no Rio de Janeiro (Arquivo Central e Biblioteca Noronha Santos) junto com outros acervos situados no estado. O tombamento foi solicitado pelo Conselho Estadual de Cultura a fim de valorizar e preservar a história intelectual e política do território, ressaltando a importância desses acervos para a memória e a identidade cultural do Rio de Janeiro. O conjunto de acervos formados pelo Arquivo Central do Rio de Janeiro e Biblioteca Noronha Santos (Iphan), Paço Imperial, Itamaraty, Fundação Biblioteca Nacional (FBN), Arquivo Nacional (AN), Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), Museu Histórico Nacional (MHN), Serviço de Documentação da Marinha e Arquivo Histórico do Exército foram considerados complementares por seus registros representarem a construção do Brasil enquanto nação no período anterior à transferência da capital federal para Brasília. O tombamento provisório ocorreu ainda em 2002, através do processo E-18/001.681/2002. Em março de 2009 foi aprovado por unanimidade o tombamento definitivo dos acervos objeto do processo.

Reforçando a iniciativa de proteção anterior, em 2021 é aprovado o Projeto de Lei nº 5229/2021 pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, ressaltando, inclusive, a garantia de permanência dos acervos do Arquivo Central e da Biblioteca Noronha Santos no estado, sendo considerados parte integrante do Palácio Gustavo Capanema. Em 12 de janeiro de 2022 é sancionada a Lei 9559 pelo governador do Rio de Janeiro, que tomba, por interesse histórico e cultural, os acervos históricos constantes no Processo E-18/001.681/2002.

3.3 - REESTRUTURAÇÃO DA ÁREA DE DOCUMENTAÇÃO

As diversas alterações estruturais e regimentais ocorridas ao longo da trajetória da autarquia não impactaram de modo incisivo as vinculações e atribuições da área de documentação, com exceção da alteração da estrutura regimental ocorrida em 2017, que desvincula a Coordenação de Documentação e Informação (CODIN), a qual os arquivos e bibliotecas centrais estavam submetidos, da Coordenação-Geral de Pesquisa e Documentação (COPEDOC), transformando as duas coordenações em unidades especiais distintas: Centro de Documentação do Patrimônio - CDP e Centro Lucio Costa - CLC, ambas vinculadas ao Departamento de Cooperação e Fomento - DECOF, atual Departamento de Articulação, Fomento e Educação - DAFE.

Antes com duas divisões (Divisão de Tratamento Documental e Divisão de Conservação de Documentos - extinta), o Rio de Janeiro passa a ter um único Serviço, englobando o Arquivo Central Seção Rio de Janeiro, a Biblioteca Noronha Santos, o Laboratório de Conservação de Documentos e o Laboratório de Digitalização e Fotografia. Dessa forma, Brasília passa a abrigar a Divisão de Tratamento Documental e a Divisão de Gestão Documental junto à Direção do Centro de Documentação do Patrimônio, notadamente a fim de manter a gestão da unidade especial na área central.

As atribuições e atividades desempenhadas pelo Arquivo Central do Rio de Janeiro mantiveram-se ao longo do tempo: a função cartorial persiste de forma tradicional até os dias atuais, onde os bens tombados ainda são inscritos manualmente

nos Livros do Tombo, resistindo às propostas de automação que eventualmente surgiram, na medida em que outros processos de trabalho foram automatizados ou passaram a utilizar ferramentas tecnológicas de suporte.

3.4 - O ACERVO DO ARQUIVO CENTRAL DO RIO DE JANEIRO

O acervo da unidade, por sua especificidade e por ser único, subsidia a atividade técnica das unidades descentralizadas, e é uma das principais fontes de pesquisa sobre patrimônio cultural do país, atendendo a pesquisadores de diversas áreas, com ênfase na área de Arquitetura, no Brasil e no exterior.

A documentação custodiada na unidade reflete os processos de identificação, proteção e gestão dos bens culturais materiais acautelados pelo Iphan (inventários, vasto acervo iconográfico e cartográfico, processos de tombamento, documentação sobre intervenções em bens tombados e entorno), além de extensa documentação sobre personalidades que atuaram na área de cultura e patrimônio, legislação e documentação internacional sobre patrimônio cultural (cartas patrimoniais, encontros e congressos), atas do Conselho Consultivo, códices e manuscritos dos séculos XVIII e XIX, relatórios de pesquisas arqueológicas realizadas em território nacional, documentação técnica e administrativa da Fundação Nacional PróMemória, e documentos avulsos ou coleções doadas ao Arquivo sobre assuntos correlatos.

Quadro 3.1 - Quantitativos do acervo do Arquivo Central do Rio de Janeiro


ESPECIFICAÇÃO	QUANTITATIVO
Documentação textual	1250 metros lineares
Documentação cartográfica	27.789 itens
Fotografias	160.000 itens
Slides, acetato e nitrato	11.910 itens
Negativos de vidro	1.678 itens

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

3.5 - SERVIÇOS

Em 2014 a Universidade Federal Fluminense realizou uma pesquisa de satisfação em relação aos serviços prestados pelo Iphan à sociedade, cujo resultado apontou os serviços do Arquivo Central do Rio de Janeiro e da Biblioteca Noronha Santos no *ranking* dos melhores avaliados.

O atendimento à pesquisa (presencial ou remota) é o serviço mais demandado da unidade, sendo possível solicitar a reprodução (digitalização) do acervo. São digitalizados cerca de 45.000 (quarenta e cinco mil) documentos por ano em atendimento às solicitações de reprodução. O maior volume de solicitações é proveniente do próprio Iphan (unidades descentralizadas e área central), a fim



de instrumentalizar o planejamento técnico ou mesmo subsidiar a elaboração de respostas à sociedade e ao Ministério Público sobre questões relacionadas à própria atuação técnica institucional.

A transversalidade das atribuições do Arquivo do Rio de Janeiro é evidenciada na participação das entregas em processos de trabalho oriundos do Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização. Os processos de tombamento são abertos e encerrados no Arquivo Central, que possui uma base de dados com um módulo totalmente dedicado aos dados de proteção dos bens tombados e onde é possível consultar informações sobre todos os processos de tombamento abertos na instituição, concluídos ou em fase de instrução.

O Arquivo, ao longo dos anos, promoveu diversas atividades no campo da educação patrimonial voltadas para escolas e universidades, com visitas guiadas pelo corpo técnico da unidade.

Em conjunto com o Laboratório de Conservação de Documentos e a Biblioteca Noronha Santos, o Arquivo Central Seção Rio de Janeiro presta suporte às unidades descentralizadas do Iphan e outras instituições para diagnóstico e elaboração de projetos e ações para tratamento de seus acervos, sendo considerado uma unidade de referência para pesquisa e prospecção de acervos históricos.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. **Rodrigo e seus tempos**. Rio de Janeiro: Fundação Nacional PróMemória, 1986.

RIO DE JANEIRO. **Lei nº 9559, de 12 de janeiro de 2022**. Tomba, por interesse histórico e cultural, acervos históricos do estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/contlei.nsf/bc008ecb13dcfc6e03256827006dbb-f5/24da8ac70694be45032587ec00760dfa?OpenDocument&ExpandSection=-6>. Acesso em: 09 jun.2025.

RIO DE JANEIRO. **Projeto de Lei nº 5229, de 7 de dezembro de 2021**. Tomba, por interesse histórico e cultural, acervos históricos do estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Assembleia Legislativa. Disponível em: http://www3.alerj.rj.gov.br/lotus_notes/default.asp?id=144&URL=L3NjcHJvMTkyMy5uc2YvMG-M1YmY1Y2RIOTU2MDFmOTAzMjU2Y2FhMDAyMzEzMWlvNmJkZml5MzMzMm-FhZDU3MzAzMjU4N2E0MDA2NWQxZDU/T3BlbkRvY3VtZW50JkhpZ2hsaWdod-D0wLDlWmJFwMzA1MjI5&. Acesso em: 09 jun.2025.

Como citar o capítulo: AGUIAR, Andressa Furtado da Silva de. O arquivo central seção Rio de Janeiro e a trajetória da documentação no Iphan. *In*: CARMO, Raphael Bahia do; PEREIRA, Fernando de Jesus; SOUZA, Odilé Viana de (org.).

Vivências da área de documentação do Iphan. Brasília, DF: Editora Ibict, 2025. Cap. 3, p. 40-49. DOI: 10.22477/978-85-7013-247-2.cap3.